



ST13. CULTURAS, IDENTIDADES E RELIGIOSIDADES AFROBRASILEIRA, INDÍGENA E CIGANA

866

CULTOS RELIGIOSOS E DIVERTIMENTOS DE AFRO-DESCENDENTES NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1890 – 1930)

Joelma Maria Bento de Araujo¹
Jose Pereira de Sousa Junior²

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo refletir sobre a situação enfrentada pelos afro-descendentes na primeira republica no que se refere as suas praticas religiosas realizadas nos terreiros de candomblé e seus espaços de lazer / divertimentos construídos no pós-abolição. Estas reflexões estão centradas na idéia de que após a abolição e logo em seguida com a proclamação da republica os afro-descendentes passaram a enfrentar inúmeras dificuldades de sobrevivência material, assim como para manterem suas praticas religiosas e culturais. Visto que, desde o império já havia perseguições no que tange a questão religiosa africana e as dificuldades que muitos tinham para manterem traços culturais advindos do Continente Africano, como seus cantos, danças, língua, etc. Com a republica estas perseguições aos terreiros e aos divertimentos dos afro-descendentes continuam mesmo a constituição de 1891 atestando que o Brasil era um país laico. Neste período muitos divertimentos foram proibidos como seus batuques, suas danças, a capoeira etc, está ultima vista como crime de vadiagem e passível de punição, inclusive com a prisão de seus praticantes.

Palavras-chave: Cultos afrodescendentes. História. Religiosidade.

As discussões sobre mobilidade espacial têm ocupado posições de destaque nas abordagens historiográficas sobre o devir dos ex-escravos(as) pós-emancipação. Ainda antes da abolição uma das preocupações centrais dos senhores era a possibilidade dos escravos deixarem suas propriedades nos quais foram cativos. Dentre as estratégias senhoriais para evitar este abandono estava a de procurar ligá-los a si e às fazendas por laços de gratidão, antecipando-se à abolição e concedendo alforrias em massa. A possibilidade de despertar-lhes a gratidão ligava-se ao entendimento senhorial de que os

¹Graduanda em Historia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Bolsista e colaboradora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena – NEAB-Í / UEPB.

² Mestre em Historia pela UFCG-PB, Doutorando em Historia pela UFPE, Professor Substituto da UFRN – CERES – DH, Professor e colaborador do Núcleo Afro-Brasileiro e Indígena – NEAB-Í / UEPB. Bolsista Capes.

escravos deveriam receber a liberdade de suas mãos, e não do Estado, e percebê-la como uma dádiva senhorial.

Segundo a historiadora Solange Rocha³, analisando as diferentes formas de obter a liberdade na Província da Paraíba do Norte, foi possível observar que os motivos que levavam um senhor ou senhora a prometer a liberdade a algum escravo, e a efetivar este ato com o registro em cartório, eram dos mais variados, como por exemplo, “o amor a Deus”, porém, a maioria passava por questões subjetivas que envolviam o “amor” pelo libertando, especialmente quando se tratava de crianças residentes em suas casas. Temos ainda, casos de alforria devido aos “bons serviços prestados” e pela “obediência” ou “lealdade” do cativo em relação ao seu senhor.

Esta estratégia, de eficácia bastante duvidosa, não era a única fonte de esperança de reter os libertos após o inevitável fim da escravidão. Muitos senhores percebiam que a mobilidade de parte significativa de seus escravos apresentava-se seriamente comprometida pelas próprias características das comunidades de escravos que habitavam suas senzalas.

De acordo com a historiadora Hebe Mattos⁴, no Vale do Paraíba, boa parte dos escravos estava ligada entre si por extensas redes de parentesco, de por vezes até três gerações em uma mesma fazenda. Os provenientes do tráfico interno, parte dos quais foram adquiridos juntamente com suas famílias, encontraram nas novas fazendas oportunidades maiores de constituir família e relações entre os escravos já residentes, do que encontrariam seus conterrâneos vendidos para as novas fazendas que se abriam nas áreas de expansão do café, como o chamado “oeste novo”, na província de São Paulo.

Entendemos que para centenas de ex-cativos deixar ou não as propriedades de seus ex-senhores onde conheceram o cativeiro foi uma decisão estratégica a ser tomada pelos últimos cativos após a abolição. O exercício da recém adquirida liberdade teria que levar em conta as possibilidades e dificuldades de conseguir condições de sobrevivência que permitissem realizar outros aspectos tão ou mais importantes da visão de liberdade dos últimos escravos, como as possibilidades de vida em família, moradia, trabalho e produção doméstica nos espaços urbanos, tendo em vista as dificuldades encontradas para conseguirem trabalho digno nos espaços urbanos e até mesmos para o acesso ao uso da terra nas zonas rurais, visto que muitos negros continuaram morando nas propriedades de seus ex-senhores.

Com a abolição, milhares de negros e negros agora livres, direcionaram-se para as cidades na esperança de dias melhores. Provavelmente, a intenção destes ex-escravos eram buscar nas cidades reconstruírem suas vidas e estabelecerem novas relações de sociabilidades e de trabalho, deixando pra trás momentos de violência, dor, humilhação e sofrimento vividas dentro e fora das senzalas juntamente com outros companheiros de cativeiro. Porém com a abolição, um horizonte novo se abria com perspectivas e sonhos de uma vida melhor, o desejo despertava nestes homens e mulheres o sentimento de liberdade e por dias melhores.

³ ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

⁴ MATTOS de Castro, Hebe Maria. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Para além da necessidade de trabalhar e construir uma vida melhor carregava com eles suas culturas, seja a dança, a música, os ritmos de seus tambores e sua religiosidade que por vezes foram-lhe proibidas e tidas como demoníacas. A estes homens e mulheres, foi-lhe imposto a religião católica, pois a de matriz africana que foi trazida com eles nos navios negreiros não era permitida. Mesmo sem permissão, suas manifestações religiosas como, por exemplo, o candomblé, foi praticada astutamente tanto no período de cativo como depois da abolição, principalmente no pós-abolição em espaços geográficos como a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão etc.

Mesmo antes da abolição as dificuldades enfrentadas pelos afro descendentes para manifestarem seus cultos religiosos foram grandes, para isso muitos negros e negras fizeram uso das Irmandades de Pretos sobre a invocação de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito para praticarem sua religiosidade tanto antes como depois da abolição.

As irmandades religiosas constituíam outro aspecto da religiosidade negra do Brasil escravista. Alguns africanos vindos de regiões da África, onde o catolicismo já havia penetrado como o Congo e Angola, e já chegaram ao Brasil como católicos. Outros se convertiam no Brasil quando, por imposição da cultura senhorial, padres católicos eram contratados pelos senhores para iniciarem os escravizados no cristianismo.

Possuidores de suas próprias crenças, os negros de forma estratégica se deixavam converter de forma superficial, e quando adotavam o catolicismo, o faziam através de seu próprio repertório religioso e cultural. O que fez com que o catolicismo praticado pelos africanos e descendentes possuísse muitas características das religiões de matriz africana, como as músicas e danças, as oferendas, as promessas e as festas. Além do que, para a maior parte dos escravizados, adotar o catolicismo não significava abandonar as religiões africanas, praticava-se o catolicismo na frente do senhor e as religiões africanas pelas costas.

O exercício da prática católica pelos negros foi feito através das irmandades religiosas. Estas organizavam festas em homenagem aos padroeiros, os mais comuns eram Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Além das festas e obrigações religiosas as irmandades juntavam dinheiro para compra de alforria e se constituíam em importantes espaços de fortalecimento de laços de união entre escravos e libertos. Um exemplo dessas irmandades, existente ainda hoje, é a Irmandade da Boa Morte da cidade de Cachoeira - Bahia. Criada por volta de 1820, na Igreja da Barroquinha, e depois migrada para Cachoeira, a exigência para fazer parte da irmandade era pertencer ao sexo feminino e partilhar das práticas religiosas de matriz africana.

No entanto com a Proclamação da República (1889), novos códigos de sociabilidades são construídos e os ideais de progresso, desenvolvimento econômico, urbanização e modernização dos grandes centros urbanos começam a se delinear. Neste momento, o Estado utilizando-se do seu poder passa a fazer uso da força policial para reprimir os vadios, prostitutas, ébrios, mendigos e pequenos criminosos.

Vale salientar que muitos ex escravos que migram para os centros urbanos e não encontram espaço de moradia e trabalho terminava caindo na marginalidade e levados

pelo sistema social excludente a praticarem pequenos delitos, sendo levados as prisões por praticar estes delitos ou por estarem a vagar pelas ruas dos centros urbanos, sendo considerados pelo poder público como vagabundos.

No Código Penal de 1890, as práticas terapêuticas populares como a benzedura, garrafadas, banhos de ervas, uso de amuletos, dentre outros, que mesclavam elementos culturais diversos da formação da sociedade brasileira, deixavam de ser aceitas pelas autoridades do País e tinham, também, que deixar de ser acreditadas e aceitas pela população, mesmo que à força. Crer e fazer uso dessas práticas era ilegal, atrasado e irracional.

Como as práticas terapêuticas populares eram muito comuns pelo comportamento sociocultural dos brasileiros e, também, pela própria carência na prestação dos serviços públicos na área da saúde de assistência à população, eram os praticantes ilegais da medicina que supriam a ausência do Estado. E essas pessoas que exerciam, até então, livremente o curandeirismo como os pajés-caboclos, sobreviventes de nações indígenas desagregados; afrodescendentes herdeiros de tradições curativas africanas; rezadores; benzedoras, dentre outros, foram rotulados como charlatães e praticantes da medicina ilegal. Neste período da primeira república (1889 – 1930) por exemplo, muitos pais e mães de santo tiveram seus terreiros fechados e seus representantes presos e/ou proibidos de manifestarem seus cultos religiosos. (SCHRITZMEYER, 2004, p. 76)

Acreditamos que o combate as práticas religiosas e seus cultos, que eram vistos pelo Estado e pela Igreja Católica como práticas mágico-curativas, fazia parte de um projeto republicano de manutenção da ordem pública, assim como da própria Igreja em por um fim nestas práticas religiosas. Sobretudo, quando os integrantes dessa sociedade civil do novo regime eram compostos por africanos, afrodescendentes, mestiços, ameríndios, imigrantes de diversas origens, que precisavam, no olhar do Estado e da Igreja Católica, serem submetidos à normatização das leis e da moralidade, na qual se incluía a religião. (MONTERO, 2006, p. 52).

Ao longo da Primeira República coube aos representantes dos cultos religiosos de diversas matrizes, em particular a africana, de demonstrarem ao Estado brasileiro que eram religiões e que estávamos num país laico, portanto, livres para professarem a sua fé. E as práticas populares religiosas mediúnicas tiveram que suplantar ainda mais adversidades. Para serem aceitas como religião, tiveram de demonstrar ao Estado que não eram uma ameaça à saúde e à ordem pública. E nos cultos afros, demonstrar que as danças e os batuques eram manifestações de cunho religioso e não de desordem (MONTERO, 2006, p. 52).

Os terreiros de candomblé foram duramente perseguidos e proibidos de funcionarem até a década de 30 do século XX. Foi alvo constante de investidas policiais, estes espaços religiosos sobreviveram e se consolidaram graças às alianças que souberam construir e manter. Segundo Renato da Silveira⁵, existia dois tipos de alianças, uma estava ligada aos santos católicos, conhecida como sincretismo religioso,

⁵ SILVEIRA, Renato da. “Pragmatismo e milagres de fé no Extremo Oriente”. In: REIS, João José. (org.) *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo; Brasiliense – CNPQ – 1988.

e a outra as autoridades influentes da sociedade que eram simpatizantes, alguns freqüentadores, que apoiavam e protegiam os terreiros.

Entendemos que a aliança com a religião católica tenha sido uma estratégia para a sobrevivência dos terreiros, pois além de favorecer a reunião de negros e negras, possibilitou e aproximou o culto africano ao culto oficial. Igualmente importante foram as aproximações com personalidades influentes da sociedade, pois contribuiu para os terreiros de candomblés se protegerem das perseguições do Estado.

No entanto, mesmo com tantas perseguições negros e negras continuaram realizando seus divertimentos e suas práticas culturais como seus cultos, seus batuques, suas danças. É interessante manifestarmos o pensamento de que os divertimentos era uma pratica acolhida pela negros na sua rotina diária, tanto no labor da escravidão como no confuso itinerário do pós abolição. Os cantos e danças proporcionavam ao cativo um tipo de fuga da realidade que o cercava, no pós abolição usaram em muitos momentos essa mesma extrategia de fuga, porém a intenção era a sociabilidade a integração no meio social.

O lazer no entanto era um espaço onde ocorreria as trocas de dialogo, sentimento, e tradições culturais, no entanto o negro em muitos momentos utilizava-se das brechas de seu trabalho para circular as ruas da cidade e acabava transformando esse momento em diversão. Esses momentosajudou na consolidação de um pensamento de liberdade, onde o convívio com outros homens, as rocas e informações os encontros em esquinas ou praças, através dessas praticas sociais o negro conseguia (ou pelo menos tentava) sair da rotina, o que por via de entendimento, deixa por incomodar a sociedade que o taxava como irresponsável e preguiçoso, o qual não desenvolvia corretamente o seu trabalho.

No entanto uma dos maiores divertimentos dos negros seria os batuques, onde inicia a chamada “Festa dos negros”, que envolviam diversas manifestações culturais que tinham origem africana que vai desde as festas religiosas até os divertimentos. Os ritmos eram embalados por palmas e pela precursão, fazia-se um circulo onde havia um casal executando vários passos, acolhendo-se através de uma umbigada.

Esse tipo de manifestação também ocorria em dias de “folgas”, dias santos e de festejos religiosos, no entanto as praças e pontes mais uma vezalvo desses encontros que reunião tantos os escravos libertos como os não libertos. O encontro proporcionava o divertimento, a troca de cultura e o desprendimento com os dias exaustivos de trabalho. O momento que os africanos circulavam com maior liberdade como os seus batuques, seria quanto ocorria as festas de cunho religioso como Quaresma e Natal, assim eles poderiam se reunir com outros parentes.

Uma outra forma de divertimento e muito comum também entre os afro-descendentes seria a capoeira, envolvido por gingados e movimentos a capoeiro foi inserido nos festejos e brincadeiras dos negros. A capoeira a principio nasceu como um instrumento de resistência utilizada principalmente pelos negros de ganho, esses carregavam cestos de palhas onde continham vários tipos de mercadoria que vendia, para obter algum dinheiro para o seu sustento de sua família. Em muitas ocasiões esses negros eram surpreendidos por ladrões onde tentavam rouba-lo, ou por questões de disputa de poder entre os próprios negros, no entanto esses se defendiam formando

esses movimentos com o corpo que parecia uma coreografia, porém logo foi incorporada como uma brincadeira e como dança.

Além dos movimentos extremamente hábeis executados através dessa coreografia, utilizava-se dos salto de lada evitando assim o ataque. Porém a capoeira foi tida como um elemento violento, e os praticantes dela foram perseguido duramente pela autoridades públicas. Apesar dessa pratica ser considerada Africana, muitos que a praticavam não era exclusivamente africanos, no entanto era tradição que se remetia aos seus ancestrais.

Nesse sentido outras manifestações culturais seriam originadas desses rodas musicais praticadas pelos africanos como o lundu e próprio samba. Outra influência da cultura africana é o tambor de Crioula é uma manifestação existente no Maranhão, que recebeu influência do lundu e da umbigada, é formado uma roda onde através de cantos e versos improvisados embalam a dança, faz-se uma roda entre no centro uma pessoa convida outra para dançar através de umbigada.

Uma outra pratica de distração dos a africanos seria a Congada e o Maracatu, os reis africanos eram chamados rei do Congo (o que representava as comunidades negras), essa prática acabou sendo introduzida no Brasil e passou a ser chamada ou conhecida como congada, sendo uma festa popular negra onde reuni vários descendentes. O maracatu também é uma festa de herança negra onde se pratica a coroações de reis e rainhas, foi incorporada em especial no Pernambuco como uma das maiores festas carnavalescas, onde estavam atreladas elementos simbólicos como os bonecos , que desfilam pelas ruas, no imaginário Africano essas bonecas tinham o poder de se comunicar com as forças sobrenaturais.

Diante de toda essa diversidade cultural, do encontro e desencontro, dos entrelaçamentos das culturas, notamos que apesar das proibições, dos castigos e de todo sentimento árduo que os negros carregaram durante e depois da escravidão, ainda assim procuravam forças para deixar viva a herança de uma cultura cheia de significados que nos marca até hoje.

No entanto o que nos cabe ressaltar aqui é que o negro resistiu, e as formas diversas de lazer criadas por eles, resultaram de acordos que quase sempre recorriam de temores de uma sociedade pouco interessada em incluir socialmente esse negro. A presença dos negros em meio as manifestações sociais só nos faz entender que o negro constantemente lutava contra aqueles que o opunha.

Nesse sentido as várias formas de praticar sua religião clandestinamente, nos aponta outra forma de resistência a religião que era imposta aos negros. No entanto, os vários momentos de lazer, como os batuques, as festas e os divertimentos eram marcadas por imensas afrontas e rivalidades. O movimento dos negros como o som que eles faziam atreves de suas festas, incomodavam aqueles que se consideravam mais civilizados, no entanto o processo civilizatório dos negros ocorreu de forma pouca harmônico, muitas tensões e brigas marcaram a passagem da emancipação do negro. Era livre das correntes e castigos, mas escravo pelo sistema que se mostrava incapaz de socializar o negro.

O processo civilizatório tentava a todo instante por o negro o mais longe possível, como não conseguiam acabar com os momentos de lazer e folga desses negros tentavam ao máximo anulá-lo, os perseguindo.

Tentamos demonstrar, que as manifestações festivas, as danças e as práticas religiosas e devocionais promovidas pelos negros e negras, pertencentes ou não a uma irmandade foram usadas como forma de reforçarem sua aproximação com sua devoção e religiosidade, em que esperavam proteção contra as calamidades da existência física e espirituais. Além disso, estas manifestações favoreceram a (re)construção de relações de poder, solidariedades e identidades religiosa e cultural entre seus irmãos e irmãs.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CACCIATORE, OLGA G. Dicionário de cultos afro-brasileiros. 3. ed. Rio Janeiro: Forense Universitária, 1988.

PARÉS, Luis Nicolau. A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas: UNICAMP, 2006.

PRICE, Richard. O milagre da criouliização: retrospectivas. Revista de Estudos AfroAsiáticos, Rio de Janeiro, n. 3, p. 383-419, 2003.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos Estudos*, n. 74, p. 47-65, 2006.

SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore. *Sortilégio dos saberes: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990)*. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

TERSIER, Pedro. *História das perseguições religiosas no Brasil*. São Paulo: Cultura Moderna, 1936.

WEBER, Beatriz. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na república Rio Grandense – 1889-1928*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

VALENTE, Waldemar. Sincretismo religioso afro-brasileiro. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

VIEIRA, Dilermando Ramos. *O processo de reforma e a reorganização da igreja no Brasil (1844-1926)*. São Paulo: Ed. Santuário, 2007.